

ANÁLISE E SIMPLIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PRIVACIDADE NAS REDES SOCIAIS: UMA ABORDAGEM PARA MAIOR COMPREENSÃO DO USUÁRIO

Allan Correa Nicolete¹, Valter Blauth Junior²

Resumo: As políticas de privacidade das redes sociais têm se mostrado extensas, complexas e pouco acessíveis, o que dificulta a compreensão do usuário e compromete o exercício de seus direitos sobre os próprios dados. Diante dessa problemática, esta pesquisa teve como objetivo desenvolver uma proposta de simplificação textual e visual para políticas de privacidade, tornando-as mais claras, objetivas e acessíveis. O estudo adotou uma abordagem mista, combinando análise documental da política de privacidade do Facebook e Instagram, sendo feito uma aplicação de questionário disseminado livremente, sem seleção prévia de amostra, alcançando 143 usuários de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. A coleta de dados buscou identificar hábitos de leitura, níveis de compreensão e percepções sobre a clareza desses documentos. Os resultados evidenciaram que a maioria dos participantes não lê integralmente as políticas e que os principais obstáculos estão relacionados à extensão dos textos e ao excesso de linguagem técnica. Observou-se, ainda, que a compreensão parcial do conteúdo é predominante, indicando uma lacuna significativa de acessibilidade informacional. A partir desses achados, foi desenvolvido um modelo de simplificação textual e visual, organizado em formato tabular, com linguagem acessível e uso de ícones ilustrativos, utilizando a política do Facebook, destacando informações essenciais como coleta, uso e compartilhamento de dados. Essa estrutura facilita a compreensão rápida do conteúdo e promove maior transparência e autonomia ao usuário. Conclui-se que a simplificação das políticas de privacidade é uma estratégia viável e necessária para aproximar o conteúdo jurídico da realidade do público, contribuindo para a proteção efetiva de dados pessoais e o fortalecimento da confiança nas plataformas digitais. Estudos futuros podem aplicar essa abordagem em outras redes sociais e contextos digitais, avaliando o im-

¹Curso de Ciência da Computação, Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), correanicoleteallan@gmail.com

²Orientador. Curso de Ciência da Computação, Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), valterblauth@unesc.net

pacto da simplificação na compreensão e no comportamento dos usuários, ampliando o alcance e a efetividade da transparência informacional.

Palavras-chave: políticas de privacidade; acessibilidade; redes sociais; linguagem clara; simplificação textual; proteção de dados.

ABSTRACT: Social media privacy policies have proven to be extensive, complex, and not very accessible, which hinders user understanding and compromises the exercise of their rights over their personal data. In view of this issue, this study aimed to develop a proposal for textual and visual simplification of privacy policies, making them clearer, more objective, and more accessible. The research adopted a mixed-method approach, combining a documentary analysis of Facebook and Instagram's privacy policies, a widely disseminated questionnaire was used, without prior sample selection, reaching 143 users of different age groups and educational levels. Data collection sought to identify reading habits, levels of understanding, and perceptions regarding the clarity of these documents. The results showed that most participants do not read privacy policies in full and that the main obstacles are related to the length of the texts and the excessive use of technical language. It was also observed that partial comprehension is predominant, indicating a significant gap in informational accessibility. Based on these findings, a textual and visual simplification model was developed, organized in a tabular format, with accessible language and illustrative icons, using Facebook's policy as the basis for highlighting essential information such as data collection, usage, and sharing. This structure facilitates quick understanding of the content and promotes greater transparency and user autonomy. The study concludes that simplifying privacy policies is a viable and necessary strategy to bring legal content closer to users' reality, contributing to the effective protection of personal data and strengthening trust in digital platforms. Future studies may apply this approach to other social networks and digital contexts, assessing the impact of simplification on user understanding and behavior, thus expanding the reach and effectiveness of informational transparency.

Keywords: privacy policies; accessibility; social networks; plain language; text simplification; data protection.

1 INTRODUÇÃO

A crescente digitalização da sociedade impulsionou a coleta e utilização em escala global de dados pessoais, gerando a necessidade de regulamentações específicas para garantir a privacidade e a autodeterminação informativa dos indivíduos (Periódico REASE, 2024).

No entanto, o uso intenso das redes sociais também gera consequências. Muitas pessoas têm se afastado das relações humanas presenciais, tornando-se cada vez mais imersas no ambiente digital. Nesse cenário, além das mudanças no comportamento social, aparecem também preocupações relacionadas à proteção da privacidade e da segurança da informação. Diante desse contexto, torna-se imprescindível refletir sobre os efeitos colaterais do uso intensivo das redes sociais, sobretudo no que tange à privacidade e à segurança informacional dos indivíduos.

Preocupações com a privacidade relativa aos serviços de redes sociais têm sido levantadas constantemente, os usuários de redes sociais precisam estar alerta sobre os perigos de dar informações de caráter íntimo. Dados podem ser utilizados indevidamente, inclusive por hackers ou por meio de vírus (Hirata, 2020).

Além disso, há uma ameaça à privacidade percebida em relação a colocar demasiada informação pessoal nas redes sociais, permitindo produzir um perfil do comportamento de um indivíduo, com isso, criam-se verdadeiros arquivos de informações de cada usuário, com os mais diferentes dados sobre o seu comportamento social, econômico e pessoal, tais informações podem ser utilizadas para os mais diversos fins (Hirata, 2020).

Assim, observa-se que os riscos não se limitam às interações entre usuários, mas também se estendem à forma como as plataformas estruturam suas interfaces e definem os mecanismos de configuração. Outro fator que contribui para a fragilidade da privacidade é a forma como as plataformas estruturam suas interfaces e mecanismos de configuração, o que pode gerar divergências entre a intenção do usuário e a real exposição de seus dados.

A privacidade também pode ser vulnerável se a interface das redes sociais não possuir boa comunicabilidade, pois isso pode gerar mal entendidos e configurações diferentes do que se desejava ou mesmo causar impactos sociais indesejáveis, Paul, Puscher e Strufe (2011) realizaram uma avaliação das preferências e do comportamento dos usuários do Facebook e observaram que cada uma delas tinha no mínimo uma violação

de compartilhamento baseada nas intenções que foram declaradas, assim, cada participante estava compartilhando algo sem desejar, ou deixando de compartilhar quando na verdade gostaria de fazer isso, esse problema também foi observado por (Bergmann; Silveira, 2012), eles contaram com a participação de 255 voluntários, usuários do Facebook, de diversas faixas etárias, em um questionário on-line, os resultados mostraram uma discrepância entre como as pessoas acreditam que estão suas configurações de privacidade e o que realmente está definido, a pesquisa também mostrou que mesmo os usuários que se consideravam avançados possuíam diversas dúvidas básicas sobre o funcionamento das configurações (Isabela, 2014).

Outro aspecto relevante diz respeito à atuação das próprias empresas responsáveis pelas redes sociais, cuja coleta e tratamento de dados levantam sérios questionamentos éticos e legais. Além das vulnerabilidades técnicas e comportamentais, destaca-se a atuação das próprias empresas responsáveis pelas redes sociais, cujas práticas de coleta e tratamento de dados levantam sérios questionamentos éticos e legais.

A coleta de dados pelas companhias responsáveis pelas redes sociais é um tópico de alta importância nos dias modernos, pois tal prática representa risco significativo para os usuários (Monteiro, 2022).

Diante desses riscos, o ordenamento jurídico brasileiro buscou respostas regulatórias, culminando na criação de legislações específicas voltadas à proteção de dados pessoais, em resposta a tais desafios, o ordenamento jurídico brasileiro passou a contemplar dispositivos específicos voltados à proteção de dados pessoais, com destaque para a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Nesse contexto, em 2018 foi promulgada a Lei nº 13.709/2019, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) que regula a proteção dos dados pessoais utilizados por meio da internet, a legislação firma princípios protetivos e fixa princípios importantes para o tratamento de dados pessoais (Monteiro, 2022).

Para tanto, a LGPD estabelece classificações distintas dos dados que podem ser objeto de tratamento, de modo a garantir diferentes níveis de proteção conforme sua natureza e sensibilidade.

A LGPD dispõe acerca de dados pessoais, dados pessoais sensíveis e dados anonimizados, os dados pessoais “[...] correspondem à esfera privada de seu titular [...]”, enquanto os dados pessoais sensíveis são os que possuem “[...] valores atinentes ao âmbito da intimidade ou es-

fera confidencial, cujo acesso é mais restrito [...]”. Ainda, tem-se os dados anonimizados, os quais não são considerados pessoais para os fins da Lei 13.709/2018, salvo em caso de reversão da anonimização, vez que são relativos a um titular que não pode ser identificado (Deps, 2021).

Com base nesses princípios, a LGPD prevê uma série de direitos aos titulares de dados, os quais devem ser efetivamente garantidos pelas organizações que realizam o tratamento dessas informações.

A LGPD, por meio de seus agentes, busca garantir ao titular diversos direitos sobre seus dados, como os de confirmar a existência de tratamento, retificar quando for necessário, além de poder restringir ou cancelar o tratamento do mesmo, para que os direitos supracitados sejam efetivamente assegurados faz-se necessária a observância, por parte dos terceiros que tratam os dados, de alguns requisitos imprescindíveis, a fim de que seja possível desenvolver a confiança da sociedade na infraestrutura de informação e comunicação (Deps, 2021).

Ainda assim, é relevante lembrar que a LGPD foi precedida por outras legislações que já apontavam para a necessidade de maior proteção digital no Brasil, importa salientar, todavia, que antes da entrada em vigor da LGPD já existiam dispositivos legais orientados à regulação do ambiente digital, com destaque para o Marco Civil da Internet.

Antes da criação da LGPD, a lei que regulava o funcionamento da internet no Brasil era a lei 12.965/2014, conhecida como Marco Civil da internet, essa lei foi de extrema importância para que se compreendesse que a internet traz consequências ao nosso cotidiano, o Marco Civil da Internet serviu para regular o uso da Internet no Brasil, garantindo ao usuário o direito a liberdade de expressão na internet entre outras garantias importantes, garantias essas que futuramente foram asseguradas e ampliadas com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Também trazendo algumas mudanças para os meios eletrônicos, foi editado o decreto Nº 7.962 que acrescentou mudanças ao Código de Defesa do Consumidor, essas mudanças estão relacionadas a privacidade, confidencialidade e a segurança das informações, fornecendo mais direitos aos usuários de internet (Tavares, 2021).

Considerando esse panorama social, técnico e jurídico, justifica-se a necessidade de um estudo que vá além da análise normativa, buscando compreender também as dificuldades reais enfrentadas pelos usuários.

Diante desse panorama jurídico e social, este estudo tem como propósito investigar as políticas de privacidade das redes sociais, desta-

cando as dificuldades que os usuários encontram para compreender esses documentos devido à sua extensão e complexidade. Para isso, foi realizada uma pesquisa com participantes de diferentes faixas etárias, a fim de identificar os principais obstáculos de entendimento, a partir dos resultados, será proposta uma abordagem de simplificação textual e visual, com ênfase na criação de um quadro resumido que organize as informações essenciais como coleta, uso e compartilhamento de dados em colunas de fácil leitura, acompanhadas de ícones e breves observações. Essa proposta busca tornar o conteúdo mais claro, acessível e objetivo, favorecendo a transparência e a autonomia dos usuários no controle de seus dados.

2 TRABALHOS CORRELATOS

Durante a elaboração deste trabalho, foram identificadas pesquisas que abordam a privacidade nas redes sociais sob diferentes perspectivas. Essas referências foram fundamentais para compreender o estado atual do tema e, ao mesmo tempo, para identificar lacunas que justificam a realização deste estudo.

2.1 O FACEBOOK E O DIREITO À PRIVACIDADE

O trabalho de (Hirata, 2020) tem como foco o Facebook e a relação com o direito à privacidade, o autor discute aspectos legais e demonstra como a plataforma pode expor os dados pessoais de seus usuários. Apesar da relevância da análise, o estudo concentra-se no viés jurídico e não aprofunda a forma como essas políticas são comunicadas ou compreendidas pelos usuários.

2.2 PRIVACIDADE EM REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DOS USUÁRIOS

A pesquisa de Isabela (2014), desenvolvida na UFMG, direciona-se à experiência prática dos usuários, a autora destaca que muitos deles não leem ou não compreendem os termos de privacidade apresentados, evidenciando um problema de acessibilidade informacional. Contudo, o estudo não avança na proposição de soluções que possam facilitar essa compreensão, lacuna que este trabalho busca preencher.

2.3 ANÁLISE DAS CLÁUSULAS DE ADESÃO QUE DEFINEM AS POLÍTICAS DE PRIVACIDADE DO FACEBOOK: UM ESTUDO SOB A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

Monteiro (2022) analisou de maneira detalhada as cláusulas das políticas de privacidade do Facebook sob a ótica da LGPD, o estudo apresenta caráter técnico e jurídico, sendo de grande contribuição nesse campo. Entretanto, não contempla a clareza e a acessibilidade dessas informações para o usuário comum, aspecto que constitui um dos eixos principais da presente pesquisa.

2.4 UTILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS NAS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR SOB A ÓTICA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

O TCC de Deps (2021) tratou da proteção do consumidor frente ao uso de dados pessoais nas redes sociais, a autora ressalta a importância da transparência para os usuários, alinhando-se a parte dos objetivos aqui discutidos. Ainda assim, o trabalho mantém foco predominantemente legal, sem explorar os desafios práticos da comunicação desses documentos.

2.5 PROTEÇÃO DE DADOS E PRIVACIDADE: A LEI 13.709 E SUA APLICAÇÃO NAS REDES SOCIAIS

Já Tavares (2021) abordou a aplicação da LGPD nas redes sociais, enfatizando os aspectos normativos e de proteção de dados. Embora traga reflexões relevantes sobre a legislação, o estudo não examina como os usuários interpretam ou assimilam tais informações.

Diante do conjunto dessas pesquisas, observa-se que a maior parte das análises concentra-se nos aspectos legais e técnicos da privacidade em redes sociais, poucos trabalhos se voltam à forma como as políticas de privacidade são apresentadas e efetivamente compreendidas pelo usuário comum. Assim, o diferencial desta pesquisa está na proposição de meios mais claros e acessíveis de comunicação desses documentos, buscando favorecer a compreensão e a autonomia informacional dos usuários.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa utilizou uma abordagem mista, sendo quantitativas e qualitativas, para a realização das etapas de análise foram utilizados os softwares Google Forms, para a elaboração e aplicação dos questionários, o Google Sheets, para tabulação e análise dos dados, e o Figma, para

a construção do quadro de simplificação textual e visual, também foram usados editores de texto e planilhas auxiliares na organização do material.

Os participantes foram escolhidos de forma intencional, buscando diversidade em relação à idade, escolaridade e experiência digital. Não foi calculado o tamanho mínimo de amostra, uma vez que o objetivo da pesquisa não era produzir inferências estatísticas generalizáveis, onde essa variedade foi importante para contemplar diferentes perspectivas sobre a compreensão das políticas de privacidade.

Inicialmente, realizou-se uma análise documental das políticas de privacidade de redes sociais, Facebook e Instagram considerando critérios como extensão, clareza e acessibilidade, em seguida, aplicaram-se questionários digitais para obter dados quantitativos sobre hábitos de leitura e compreensão declarada, permitindo um olhar mais aprofundado sobre dificuldades e expectativas em relação a esses documentos.

Com base nos dados coletados, elaborou-se um quadro resumido das políticas em versão simplificada, com linguagem mais acessível, uso de ícones e organização em formato de tabela. Para aplicação prática, utilizou-se como estudo de caso a política de privacidade do Facebook, conforme mostrado na Figura 1.

Figura 1 - Quadro de privacidade

QUADRO DE PRIVACIDADE	
Este quadro tem por Finalidade demonstrar a simplificação de alguns tópicos da política de privacidade do Facebook (Meta)	
DESCRIÇÕES	É REALIZADO?
A Meta coleta informações da conta, publicações, dados de navegação, localização e de dispositivos, inclusive fora da plataforma.	✓
Dados são usados para personalizar conteúdo, anúncios, melhorar produtos e segurança.	✓
Compartilha dados com empresas do grupo, anunciantes e autoridades legais.	✗
Usuário pode ajustar privacidade, baixar e excluir dados.	✗
Coleta informações de pessoas sem perfil, via cookies e plugins.	✓

Fonte: Elaborado pelo autor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos a partir do questionário aplicado a 143 participantes permitiu compreender de forma abrangente as percepções, hábitos e dificuldades dos usuários em relação à leitura e compreensão das políticas de privacidade nas redes sociais, os resultados reforçam tendências apontadas na literatura, indicando que a maioria dos usuários ignora ou compreende apenas parcialmente esses documentos (Hirata, 2020), (Bergmann; Silveira, 2012), (Monteiro, 2022).

Em relação à leitura das políticas de privacidade, 35,5% dos participantes afirmaram nunca tê-las lido, 39% declararam leitura parcial e 25,5% relataram leitura integral, esse comportamento evidencia uma tendência de desinteresse ou barreiras relacionadas à extensão e à complexidade dos textos, corroborando estudos prévios que apontam a dificuldade de compreensão devido à linguagem técnica (Isabela, 2014).

Embora a literatura destaque com frequência a presença de termos técnicos como um dos principais fatores que dificultam a compreensão desses documentos, esse aspecto não apareceu de forma expressiva na amostra deste estudo. Apenas 4,3% dos participantes citaram “linguagem difícil” como motivo para não ler as políticas, número que, apesar de baixo, não invalida a relevância do tema, especialmente considerando o caráter exploratório da pesquisa e o tamanho relativamente reduzido da amostra (143 participantes).

Ao questionar sobre o comportamento durante cadastros em plataformas digitais, 50% afirmaram aceitar as políticas sem leitura, 43,7% realizam leitura parcial e apenas 6,3% leem integralmente. Estes dados indicam que a aceitação automática é predominante, muitas vezes motivada pela pressa ou dificuldade de compreensão, alinhando-se aos achados de (Bergmann; Silveira, 2012), que evidenciaram discrepâncias entre a intenção do usuário e a configuração real de privacidade.

Entre os principais motivos para não ler as políticas, 80,4% dos respondentes citaram a extensão dos textos, 13% a falta de interesse e 4,3% a linguagem difícil, a predominância do tamanho excessivo reforça a necessidade de versões mais concisas e objetivas, conforme proposta nesta pesquisa. Quanto à compreensão, 73,2% afirmaram entender apenas parcialmente, 16,2% não compreenderam e apenas 10,6% disseram compreender totalmente, evidenciando lacunas significativas de acessibilidade textual. É importante destacar que muitos usuários podem não identi-

ficar ou reconhecer diretamente a dificuldade com termos técnicos, mesmo quando enfrentam dificuldades de compreensão, o que ajuda a explicar por que a porcentagem associada à “linguagem difícil” é reduzida, mas a compreensão parcial ainda é predominante.

A percepção sobre clareza das políticas também indicou limitações: 62,2% classificaram-nas como médias (parcialmente compreensíveis), 32,2% como difíceis ou confusas, e apenas 5,6% como claras e fáceis de entender. Essas observações corroboram a literatura, que aponta para a necessidade de formatos que tornem as informações mais acessíveis ao público geral (Hirata, 2020), (Monteiro, 2022), conforme mostrado na Figura 2.

Figura 2 - Resultado de entendimento



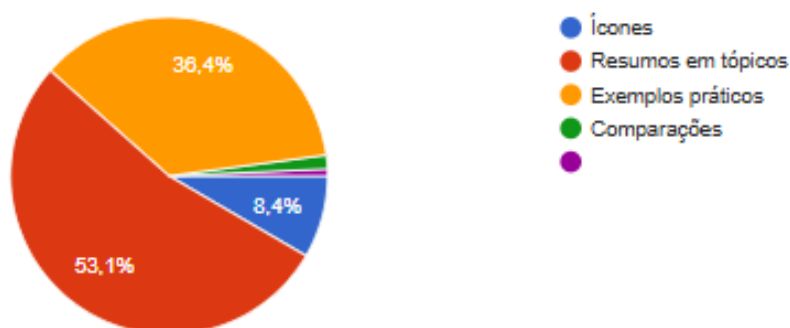
Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação às informações mais relevantes, 38% dos participantes destacaram o tipo de dados coletados, 30,3% a finalidade do uso e 29,6% o compartilhamento com terceiros. Quanto aos recursos para facilitar a compreensão, 53,1% sugeriram resumos em tópicos, 36,4% exemplos práticos, 8,4% uso de ícones e 1,4% comparações, esses dados inspiraram diretamente o modelo de simplificação proposto, estruturado em tabela com ícones e linguagem acessível, conforme mostrado na Figura 3.

Figura 3 -Resultado da compreensão

Que recursos você acha que ajudariam a melhorar a compreensão?

143 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Comparando com trabalhos correlatos, observa-se que estudos anteriores (Isabela, 2014; Monteiro, 2022) focaram predominantemente em aspectos legais, técnicos ou na percepção do usuário, mas não propuseram soluções de simplificação aplicáveis, assim, a presente pesquisa contribui ao desenvolver e propor uma abordagem prática de comunicação das políticas de privacidade, alinhando os achados empíricos à necessidade de maior acessibilidade e compreensão. Mesmo que alguns fatores citados pela literatura como o uso excessivo de termos técnicos tenham aparecido com menor destaque entre os participantes, isso não invalida sua relevância. Em pesquisas qualitativas e exploratórias, como esta, a ausência de altos percentuais não significa ausência do problema, mas sim uma limitação natural decorrente do perfil da amostra e do número de respondentes.

Em síntese, os resultados confirmam a hipótese inicial de que as políticas de privacidade, em sua forma atual, não são plenamente compreensíveis para o público comum, adicionalmente, evidenciam uma demanda concreta por formatos mais simples, visuais e intuitivos, capazes de transmitir informações essenciais de maneira rápida e acessível. Essas constatações indicam caminhos para futuras pesquisas, incluindo a aplicação do modelo de simplificação em outras redes sociais e contextos digitais, permitindo avaliar seu impacto na compreensão e no comportamento real dos usuários.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa evidenciou que as políticas de privacidade das redes sociais apresentam extensão elevada, linguagem complexa e baixo nível de acessibilidade, dificultando a compreensão pelos usuários e comprometendo o exercício de seus direitos sobre os dados pessoais, os questionários e entrevistas mostraram que a maioria dos participantes lê apenas parcialmente ou sequer lê esses documentos, enfrentando obstáculos principalmente devido à extensão dos textos e ao uso de linguagem técnica.

Com base nesses achados, foi desenvolvido um modelo de simplificação textual e visual, estruturado em formato tabular, com linguagem acessível e uso de ícones ilustrativos, destacando informações essenciais como coleta, uso e compartilhamento de dados. Essa proposta demonstrou ser uma estratégia viável para tornar o conteúdo das políticas de privacidade mais claro, objetivo e acessível, facilitando a compreensão e promovendo maior autonomia ao usuário na gestão de suas informações.

Conclui-se que a simplificação de políticas de privacidade é uma medida necessária e eficaz para aproximar o conteúdo jurídico da realidade cotidiana do usuário, fortalecendo a transparência, a proteção de dados pessoais e a confiança nas plataformas digitais. Estudos futuros podem aprofundar essa abordagem, aplicando o modelo de simplificação a diferentes redes sociais e contextos digitais, avaliando seu impacto na compreensão e no comportamento real dos usuários, contribuindo assim para aprimorar a proteção e a autonomia informacional em larga escala.

REFERÊNCIAS

BERGMANN, F. B.; SILVEIRA, M. S. **? eu vi o que você fez... e eu sei quem você é!?: uma análise sobre privacidade no facebook do ponto de vista dos usuário**. Anais do Simpósio Brasileiro de Fatores Humanos em Sistemas Computacionais (IHC2012), 2012, Brasil.,

DEPS, C. L. **Utilização de dados pessoais nas redes sociais: uma análise da proteção do consumidor sob a ótica da Lei Geral de Proteção de Dados**. Trabalho de Conclusão de Curso — Faculdade de Direito de Vitória, 2021. Acesso em 03 set. 2025. Disponível em: <<http://repositorio.fdv.br:8080/bitstream/fdv/1327/1/ok%20-%20TCC%20-%20Camila%20Lucas%20Deps.pdf>>.

HIRATA, A. **O facebook e o direito à privacidade**. Revista de Informação Legislativa, 2020, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

ISABELA, S. **Privacidade em Redes Sociais: Uma Análise da Experiência dos Usuários**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Acesso em 07 set. 2025. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ESBF-9TEEDA/1/simoneisabela.pdf>>.

MONTEIRO, G. S. d. A. **Análise das cláusulas de adesão que definem as políticas de privacidade do Facebook: um estudo sob a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**. Monografia (Graduação em Direito) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Acesso em 11 set. 2025. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/73038>>.

PAUL, T.; PUSCHER, D.; STRUFE, T. **Improving the usability of privacy settings in facebook**. arXiv preprint, 2011, abs/1109.6046. ArXiv:1109.6046.

Periódico REASE. **A proteção de dados pessoais e a aplicação da lgpd no brasil**. REASE - Revista de Estudos Avançados em Sociedade e Economia, 2024. Analisa os impactos da LGPD na sociedade e em diferentes setores.

TAVARES, A. O. **Proteção de dados e privacidade: a lei 13.709 e sua aplicação nas redes sociais**. Artigo Científico (Trabalho de Curso), 2021, Pontifícia Universidade Católica de Goiás.